

# Seguridade Social e Tributação



Ano XXV | Nº 127 | Brasília | setembro de 2017



## INOVAÇÃO & LUTA

### ELEIÇÕES ANFIP

Inovar para melhor atender aos interesses dos associados



#### **EQUILÍBRIO DAS CONTAS**

ESPECIALISTAS PREPARAM DOCUMENTO COM RADIOGRAFIA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

#### **CORTE DE GASTOS**

APESAR DAS REFORMAS, SITUAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS SÓ PIOROU NO ÚLTIMO PERÍODO

#### **VÍCIO EM JOGOS**

SAIBA COMO IDENTIFICAR E TRATAR TRANSTORNO QUE AFETA 2,3% DA POPULAÇÃO DO PAÍS

**PREVIDÊNCIA É  
PATRIMÔNIO DO  
POVO BRASILEIRO!**

**NÃO MEXAM COM  
A PREVIDÊNCIA  
SOCIAL!**



Fundação ANFIP de  
Estudos da Seguridade Social  
e Tributário



**ANFIP**

Associação Nacional dos Auditores Fiscais  
da Receita Federal do Brasil

# É preciso combater a agenda negativa que está em curso

O novo Conselho Executivo assume a direção da ANFIP num momento extremamente delicado da vida nacional. As medidas de corte de gastos e a agenda de reformas do governo afetam diretamente todas as carreiras do serviço público. A pauta que está em curso é a do esvaziamento das políticas públicas, da retirada de direitos e do achatamento do Estado.

A consciência que deve prevalecer é que sem uma forte e unificada mobilização, incluindo a classe trabalhadora e os servidores públicos, dificilmente esse cenário vai mudar. É preciso arregaçar as mangas e ir para as ruas combater a agenda negativa que tem prevalecido.

A Previdência Social continua sendo alvo de uma reforma perversa, por meio da Proposta de Emenda à Constituição 287/2016. Um verdadeiro assalto aos direitos constitucionais e ao Estado de Bem-Estar Social. Para a ANFIP, esta é uma demanda permanente, que precisa de muita atenção, ainda mais agora que a matéria pode voltar à pauta do Congresso a qualquer momento.

Outro ponto importante que essa gestão vai destacar é o projeto de reforma tributária para o Brasil. Uma ampla proposta está sendo construída em conjunto com diversos especialistas para ser apresentada até maio do

ano que vem. A ideia é que esse material seja o principal insumo para as negociações relativas ao novo processo eleitoral de 2018.

A agenda remuneratória também é prioridade. Apesar de surpreendidos com a suspensão do pagamento do Bônus de Eficiência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil aposentados e aos pensionistas, a Associação envidou, prontamente, todos os seus esforços para suspender a decisão Tribunal de Contas da União (TCU), obtendo êxito nas ações, que incluem o restabelecimento da rubrica e o arquivamento do processo. É sob o ponto de vista constitucional que está embasada a defesa da ANFIP.

Além disso, a luta pela justa remuneração da carreira é colocada como item principal. Tão logo seja eleito um novo governo, a ANFIP voltará a defender o subsídio, pois essa forma de remuneração é a única que garante a paridade constitucional.

Diante de todo esse cenário, não há outro caminho senão o da unidade e mobilização constante para que os direitos sejam preservados. Toda a sociedade precisa estar em alerta para riscos de retrocessos que estão por vir. A alternativa que se apresenta é: ou nos salvamos todos ou pereceremos todos.

Publicação da Associação Nacional dos  
Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

**DIRETORA RESPONSÁVEL:**  
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

**FOTOS:**  
Arquivo ANFIP, Fotos Públicas e Shutterstock

**REDAÇÃO, COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:**  
ANFIP

**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:**  
Gilmar Vitalino

**EDIÇÃO E REPORTAGEM:**  
Ludmila Machado e Daiana Lima

**CONSELHO EDITORIAL:**  
Cesar Roxo Machado  
Floriano Martins de Sá Neto  
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade  
Luiz Cláudio de Araújo Martins  
Marluce do Socorro da Silva Soares  
Sandra Tereza Paiva Miranda

Esta edição da Revista de Seguridade Social e Tributação vem num momento muito especial para a ANFIP, a posse do novo Conselho Executivo que conduzirá os trabalhos da Entidade até 2019. Como bem ressaltou o presidente eleito, Floriano Martins de Sá Neto, as ações serão de continuidade ao que já vinha sendo feito.

Nas próximas páginas, o leitor poderá conferir todos os detalhes da posse do Conselho, juntamente com a posse dos integrantes do Conselho Fiscal, e conhecer as propostas que virão pela frente.

As reformas governistas continuam na pauta social. Além da trabalhista já aprovada e sancionada, ainda estão em curso as reformas tributária e previdenciária. A ANFIP continua atuando para evitar que a PEC 287/16 seja aprovada como está e, além disso, criou um grupo de estudos para sugerir propostas para a reforma tributária. Matéria sobre este assunto também pode ser conferida nesta edição, que vem ainda com uma entrevista com diretores do Instituto de Justiça Fiscal, nova parceira da Fundação ANFIP na elaboração de estudos sobre o sistema fiscal.

E para fazer uma análise conjuntural de nosso país, a Revista traz uma matéria especial que explica os motivos de tantas reformas estarem em curso.

Para fechar os temas abordados, confira ainda o artigo da presidente da Andes-SN, Eblin Farage, e do secretário do Sindicato Jacob Paiva sobre a educação pública, e uma matéria sobre a ludopatia, um transtorno psicológico quase silencioso que tem devastado famílias e levantado o debate sobre a regularização dos jogos de azar. A mestre e doutora em Psicologia Suely Sales fala sobre o assunto e explica tudo sobre a doença.

Boa leitura!

## CONSELHO EXECUTIVO

Floriano Martins de Sá Neto  
Presidente

Sandra Tereza Paiva Miranda  
Vice-Presidente Executivo

Vanderley José Maçaneiro  
Vice-Presidente de Assuntos Fiscais

Luiz Cláudio de Araújo Martins  
Vice-Presidente de Política de Classe

Marluce do Socorro da Silva Soares  
Vice-Presidente de Política Salarial

Décio Bruno Lopes  
Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social

José Avelino da Silva Neto  
Vice-Presidente de Aposentadorias e Pensões

Dejanira Freitas Braga  
Vice-Presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas

Arioaldo Cirelo  
Vice-Presidente de Serviços Assistenciais

Eucélia Maria Agrizzi Mergár  
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Cesar Roxo Machado  
Vice-Presidente de Estudos e Assuntos Tributários

Carlos José de Castro  
Vice-Presidente de Administração,  
Patrimônio e Cadastro

Valdenice Seixas Elvas  
Vice-Presidente de Planejamento e  
Controle Orçamentário

Jorge Cezar Costa  
Vice-Presidente de Finanças

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade  
Vice-Presidente de Comunicação Social

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme  
Vice-Presidente de Relações Públicas

Ilva Maria Franca Lauria  
Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares

Paulo Correia de Melo  
Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

## CONSELHO FISCAL

Margarida Lopes de Araújo  
Ercília Leitão Bernardo  
Luiz Carlos Corrêa Braga

## CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC - Heliomar Lunz

AL - Lindenbergue Fernando de Almeida

AM - Cleide Almeida Nôvo

AP - Emir Cavalcanti Furtado

BA - José Antônio Moreira Icó da Silva

CE - Tereza Liduína Santiago Félix

DF - Maria José de Paula Moraes

ES - Rozinete Bissoli Guerini

GO - Crésio Pereira de Freitas

MA - Antonio de Jesus Oliveira de Santana

MG - Ana Lucia Guimarães Silva

MS - Isabel Nascimento Elias Pereira

MT - Benedito Cerqueira Seba

PA - Maria Oneyde Santos

PB - Maria dos Remédios Bandeira

PE - Rita de Cássia Cavalcanti Couto

PI - Lourival de Melo Lobo

PR - Josemar Jorge Cecatto Santos

RJ - José Arinaldo Gonçalves Ferreira

RN - José Roberto Pimentel Teixeira

RO - Francisco Raia

RR - André Luiz Spagnuolo Andrade

RS - José Amilton Vieira Freire

SC - Luiz Carlos Aguiar da Silva

SE - Jorge Lourenço Barros

SP - Maria Beatriz Fernandes Branco

TO - José Carlos Rego Moraes

Esta edição: 5.000 exemplares  
Distribuição: gratuita

A assinatura da revista Seguridade Social e Tributação é gratuita. Envie seus dados (nome e endereço completos) para o email [cadastro@anfip.org.br](mailto:cadastro@anfip.org.br)

Permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.



## DOS LEITORES

A Federação das Associações e Departamentos de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de São Paulo, FAPESP, parabeniza o novo Conselho Executivo e Fiscal da ANFIP, eleitos para o biênio 2017-2019.

Cumprimentamos o novo Presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, reforçamos nosso apreço e admiração pelo trabalho realizado e agradecemos a parceria e apoio ao longo de tantos anos junto a FAPESP.

Agradecemos a ANFIP, uma entidade idônea, referência nos levantamentos sobre os números da Seguridade Social e que sempre estão ao nosso lado na luta pelos direitos dos aposentados e idosos. Sabemos que juntos podemos ser mais fortes e vamos continuar divulgando a verdade.

Sem conhecimento, não temos argumentos e não chegamos a lugar algum e essa parceria na luta por uma vida mais justa e digna aos aposentados e idosos de todo o Brasil é fundamental para vencer a retirada de direitos que presenciamos!

Em nome de toda Diretoria Executiva da FAPESP, desejamos sorte e muito trabalho a todos os membros do Conselho Executivo e reiteramos nosso total apoio a essa importante Entidade em defesa de um Brasil mais justo!

**José Veiga de Oliveira, presidente da Fapesp**

O Instituto MOSAP – Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, tem a honra de dirigir-se a Vossa Senhoria para cumprimentá-lo por sua ascensão ao honroso cargo de presidente do novo Conselho Executivo da ANFIP, biênio 2017/2019, cumprimentos extensivos a todos os vice-presidentes e demais integrantes da nova gestão.

Todos os integrantes da Diretoria Executiva, Conselho consultivo e Fiscal enaltecem o “firme propósito de fortalecer o trabalho coletivo pelo engrandecimento da Receita Federal do Brasil, pela valorização dos Auditores Fiscais e em defesa da Seguridade Social Brasileira, além da Justiça Fiscal”.

O Instituto MOSAP reconhece a ANFIP como uma das principais defensoras da Sociedade Brasileira, através de sua intença atuação na conservação de seus objetivos

estatutários e institucionais, que temos a certeza absoluta, continuará a avançar ainda mais na gestão sob sua atualizada, experiente e determinada liderança. Os aposentados e pensionistas da ANFIP são força poderosa e sempre merecem respeito e dignidade.

Queremos todos contar com a ANFIP, ela é nossa bússola norteadora.

**MOSAP**

Receba meus sinceros cumprimentos pela posse do novo colegiado e pela sua atribuição como presidente do Conselho Executivo da ANFIP. Tenho convicção de que seu conhecimento, trajetória e dedicação contribuirão significativamente para o bom desempenho da Entidade, mantendo a finalidade da representação de seus associados e a contribuição para alcançarmos uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Faço votos de sucesso à nova gestão nessa importante instituição que, além de suas atribuições administrativas, se posiciona publicamente em defesa das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que atualmente testemunham uma tentativa desse governo de desmonte da Previdência Social, exposta no texto da PEC 287/16, entre diversos ataques aos direitos sociais e à soberania do nosso país.

**Senador José Pimentel,**  
primeiro secretário do Senado Federal

Desejo a toda diretoria pleno sucesso na nova jornada à frente da ANFIP. Qualidades como honradez, competência, sabedoria e espírito de equipe nunca lhe faltaram e certamente a ANFIP terá a seu dispor o melhor dos seus quadros para alcançar novos êxitos. Esperamos um Brasil melhor e, como velho amigo e conhecedor de seu espírito de luta, tenho certeza de que essa será a sua bandeira à frente da entidade.

**Gerson Menezes**  
Ex-coordenador de Comunicação Social da ANFIP

### ENVIE SUA CARTA

Envie sua carta, com nome e endereço completos, para o seguinte email:  
[comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

# SUMÁRIO

7



## GRUPO ANALISA REFORMA TRIBUTÁRIA

Coordenados pelo economista Eduardo Fagnani, especialistas de instituições renomadas, que estudam o sistema tributário do país, preparam proposta justa para a sociedade brasileira.

11



## AÇÕES PARA O BIÊNIO 2017/2019

Novo presidente da ANFIP fala dos compromissos e metas da nova gestão, que tomou posse em 1º de agosto. Pauta remuneratória, reformas previdenciária e tributária estão entre as prioridades. Conheça todos os integrantes dos Conselhos Executivo e Fiscal.

18



## REFORMAS EM TEMPO DE CRISE

Mesmo com apoio da maioria do Legislativo, governo não consegue elevar as contas públicas. Medidas de ajuste fiscal aumentam desigualdade social, enfraquecem o Estado e esfacelam o serviço público.

22



## NOVO DECRÉSCIMO NA ARRECAÇÃO

Resultado de julho registra piora no acumulado. Desonerações e sucessivos programas de parcelamento de dívidas tributárias (Refis) explicam o desempenho insatisfatório apresentado.

25



## JOGADOR COMPULSIVO É SINAL DE DOENÇA

Psicóloga Suely Sales explica o que é e como identificar a ludopatia. Vício é devastador, traz consequências psicológicas, financeiras, familiares e a perda do controle individual.

28



## DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Professores do ANDES explicam a reforma do ensino médio, por meio da Lei 13.415/2017, e os prejuízos causados aos jovens brasileiros, em especial aqueles que dependem do ensino público.



# ANFIP reúne time de especialistas

Novas parcerias permitem detalhar o sistema tributário brasileiro e formular propostas que busquem a justiça fiscal

**A** exemplo da iniciativa feita para aprofundar os debates sobre a reforma da Previdência, que gerou grande repercussão na sociedade e fez da ANFIP o principal contraponto dos debates empreendidos sobre o assunto ao longo do primeiro semestre, a Entidade volta a reunir um time de especialistas, desta vez para focar na reforma tributária, que, diante da crise de governabilidade, será lançada como mais uma cartada do governo para equilibrar suas contas.

O pontapé para este grande momento aconteceu no dia 18 de agosto, na sede da ANFIP. Representantes das fiscalizações tributárias reuniram-se para unificar conhecimentos e formatar um documento completo com a radiografia do sistema tributário e apresentar uma proposta que seja justa com as características da sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais.

O grande diferencial deste grupo, porém, está no compartilhamento de informações entre reconhecidas instituições que estudam o tema. Novamente comandados pelo economista Eduardo Fagnani, professor da Unicamp, representantes da Fundação ANFIP, Fenafim (Federação Nacional do Fisco Municipal), IJF (Instituto de Justiça Fiscal), Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo, Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), Cofecon (Conselho Federal de Economia), Sefaz/RS (Secretaria Estadual de Fazenda do Rio Grande do Sul) e Consetaz (Conselho dos Secretários Estaduais de Fazenda) sentam-se à mesa para formular um projeto mais amplo do que o atualmente debatido na Câmara dos Deputados e mais justo em relação à proposta que será apresentada pelo presidente Michel Temer, tendo como parâmetro as reformas já encaminhadas (até o fechamento desta edição, o projeto do governo ainda não havia sido enviado ao Congresso). Pela ANFIP integram o grupo os vice-presidentes Décio Bruno Lopes (Assuntos da Seguridade Social) e Cesar Roxo Machado (Estudos e Assuntos Tributários).

Fagnani explica que o trabalho dos especialistas

deve acontecer concomitante aos debates que acontecerão no parlamento. “Estamos pensando em um projeto de país. É possível que nosso trabalho influencie não só a conjuntura de reforma em curso, como os candidatos às eleições que acontecerão em 2018. Podemos fazer isso concretamente, mesmo que este não seja nosso foco”, disse o economista.

## ANFIP TEM NOVA PARCERIA



Dentre os integrantes desse grupo está o Instituto de Justiça Fiscal - IJF, que assinou com a Fundação ANFIP acordo de cooperação técnico-científica de intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, a fim de realizar pesquisas, seminários, congressos, formação de líderes, bem como a implementação de ações, programas, estratégia de informações à sociedade e aos empresários nacionais e internacionais sobre Previdência Social, Seguridade e sistema fiscal. Os diretores **Marcelo Lettieri** (diretor técnico) e **Dão Real Pereira dos Santos** (diretor de Relações Institucionais), Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, integram o grupo e explicam como funciona o IJF.

***O lema do IJF é ser “um novo instrumento na luta pela redução das desigualdades e por uma sociedade justa, livre e solidária”. O IJF nasceu com qual objetivo?***

O IJF nasceu com o objetivo de criar condições para que o debate sobre o sistema fiscal nacional e

---

sobre a justiça fiscal seja assimilado e apropriado por toda a sociedade, não ficando restrito a um conjunto reduzido de agentes, normalmente mais voltados à defesa de interesses privados. Sua finalidade é promover discussões e estudos que visem ao aperfeiçoamento do sistema fiscal com vistas a torná-lo mais justo e capaz de contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais.

### **Qual a metodologia de trabalho e quais grupos envolvidos nos estudos?**

O IJF possui um Conselho Deliberativo, órgão de direção superior que estabelece as linhas de ação, aprova o orçamento e o plano de trabalho anual, e uma Diretoria Executiva, que tem a função de administrar, reger e representar a entidade. A partir do Plano de Trabalho Anual, a Diretoria Executiva define os programas e projetos especiais e vai em busca de parceiros para a realização deles. Há estudos permanentes em desenvolvimento, mas não por um mesmo grupo. Há sempre um diretor coordenando os grupos de trabalho, que contam com a participação de especialistas no tema, sejam da Academia ou das áreas afetas aos estudos, incluindo os movimentos sociais. A diretoria e o conselho são formados por profissionais de diversas áreas, sendo a maioria servidores públicos das três esferas de governo: União, Estados e Municípios.

### **Quais são as propostas do IJF para o aperfeiçoamento do sistema fiscal?**

Há várias propostas sendo construídas, e que podem ser consultadas no site do IJF, mas gostaríamos de destacar três:

1ª – Projeto Isonomia: objetiva extinguir os privilégios tributários das rendas provenientes do capital, incluindo todos os rendimentos obtidos por pessoas físicas no decorrer de cada ano-calendário na base de cálculo da Declaração de Ajuste do IRPF do exercício seguinte e submetê-los a uma nova tabela progressiva anual de cálculo do IRPF devido. Com a implementação desta proposta, estima-se que haveria uma redução substancial da carga tributária incidente sobre as rendas mais baixas, mas um

aumento da arrecadação deste tributo na ordem de aproximadamente R\$ 80 bilhões, em decorrência da criação de alíquotas marginais mais elevadas e da inclusão de todas as rendas no campo de incidência, o que promoveria uma progressividade efetiva a este imposto.

2ª – Tributação da exportação de minérios.

3ª – A instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas.

### **O Imposto sobre Grandes Fortunas é um assunto que precisa ser regulamentado?**

A regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas precisa ser debatida e precisamente nesse contexto de ajuste fiscal é que deveríamos instituí-lo. Se a crise afetou as finanças públicas de forma drástica, está na hora de cobrar a conta de quem se beneficiou da farrá que a provocou, e certamente não foram os trabalhadores brasileiros, sobre quem está recaindo todo o ajuste. Nos países que mais sofreram com a crise de 2008/2009, a tributação da riqueza foi uma das fontes de arrecadação, mas, no Brasil, é quase um crime falar em tributar os mais ricos.

### **Quais são as principais injustiças tributárias do Brasil?**

Temos um sistema tributário extremamente regressivo, que onera desproporcionalmente os mais pobres, em função, principalmente, da elevada participação dos tributos sobre o consumo em detrimento da participação de tributos sobre a propriedade e a renda. E na tributação da renda, os trabalhadores assalariados sofrem uma elevada tributação de seus salários, enquanto a alta renda derivada do capital (lucros, dividendos e juros, principalmente) praticamente não é tributada. Nosso sistema fiscal é um Robin Hood às avessas.

***Estamos vendo que o ajuste fiscal está sendo feito às custas da retirada de direitos dos trabalhadores, tanto da iniciativa privada quanto do serviço público. Por outro lado, vemos o governo perdendo R\$ 30 bilhões dos bancos, permitindo renúncias fiscais, desonerações. Quais as principais críticas em***

### ***relação às reformas previdenciária e trabalhista?***

Para o IJF, trata-se de um ataque brutal aos direitos e ao sistema de proteção social dos trabalhadores que só encontra paralelo nas reformas promovidas pelo ditador Pinochet na década de 80, que, não por mera coincidência, seguia a mesma cartilha econômica que inspira o projeto “Ponte para o Futuro”. Entendemos inaceitável a imposição de mais sacrifícios à sociedade brasileira, quando tanto se tem a reduzir das renúncias e desonerações, benefícios estes nem sempre justificáveis. O que não se pode suportar é que a “conta” dessa má gestão seja sempre repassada ao trabalhador. É um abuso fiscal que a sociedade brasileira não pode aceitar!

### ***Sobre a reforma tributária, qual o aspecto essencial para que ela aconteça de forma justa?***

É fundamental que seja aberto um amplo debate com a sociedade e que seja estabelecido como princípio fundamental a utilização do sistema tributário como instrumento de redistribuição de renda. Para isso, é imprescindível que as modificações da estrutura tributária brasileira sejam no sentido de se reduzir a tributação sobre o consumo de bens e serviços e aumentar a tributação sobre a propriedade e a renda, principalmente dos mais ricos.

### ***Qual a avaliação do IJF quanto à proposta do deputado Luiz Carlos Hauly, relator da reforma na Comissão Especial?***

A proposta do deputado Luiz Carlos Hauly enfrenta somente a questão da simplificação do sistema, que é importante, mas que não passa nem

perto do principal problema do nosso sistema, que é sua regressividade. Ele não traz nenhum dispositivo sobre a tributação da propriedade e da renda e, talvez por isso, esteja sendo aplaudida pelo andar de cima.

### ***Qual a avaliação do cenário econômico para os próximos anos caso as reformas do governo sejam aprovadas? Haverá de fato equilíbrio nas contas públicas?***

A imprescindibilidade das reformas para equilíbrio das contas públicas é uma falácia econômica. Estão aproveitando a crise, que afetou drasticamente a capacidade do Estado arrecadar, para promover um desmonte do Estado de Bem-Estar Social que a Constituição de 1988 ainda nem conseguiu construir. O equilíbrio das contas públicas se restabelecerá se o país voltar a crescer e se remodelarmos nosso sistema tributário de forma a tributar os mais ricos. As reformas na pauta do Congresso Nacional se destinam a um único beneficiário: o sistema financeiro internacional.

### ***É preciso democratizar o debate sobre a justiça fiscal. Como isso pode ser feito?***

É imprescindível a democratização do debate sobre a justiça fiscal. O primeiro passo para isso é fortalecer a educação fiscal nas escolas, comunidades, associações, movimentos sociais etc. O IJF vem implementando e apoiando diversas medidas nesse sentido. O cidadão brasileiro precisa conhecer o tamanho da injustiça fiscal no Brasil, para, a partir daí, lutar para modificá-lo. O debate não pode estar restrito somente a poucos especialistas e aos interesses dos mais ricos.



**ESPECIALISTAS REÚNEM ESTUDOS PARA UMA REFORMA TRIBUTÁRIA JUSTA**

# "Associação forte e atuante se constrói coletivamente"

**Floriano Sá Neto, presidente da ANFIP**



**E**m um processo inédito, a ANFIP realizou, em 11 de junho de 2017, sua primeira eleição para os Conselhos Executivo e Fiscal com possibilidade de voto eletrônico. Fazendo jus ao avanço tecnológico, foi eleita a “Chapa Inovação e Luta”, que conduzirá as ações da Entidade até julho de 2019. Floriano Martins de Sá Neto é o novo presidente, que, junto aos demais 17 conselheiros, tomou posse em 1º de agosto, numa sessão solene em Brasília.

As emoções do momento foram compartilhadas com parlamentares, autoridades, representantes de entidades sindicais e associativas, amigos e familiares que prestigiaram a cerimônia.

Sá Neto é Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil desde abril de 1987. Natural do Ceará, pai de cinco filhos, motociclista por hobby e candango há mais de trinta anos. Em sua longa experiência profissional, ainda muito jovem, foi presidente do Conselho Executivo da ANFIP (1993/1995), diretor-presidente da Fundação ANFIP em dois mandatos (2009/2011 e 2011/2013) e presidente da AFIPDF (2010/2013). Na carreira, dentre os cargos que exerceu, foi secretário-executivo do Ministério da Previdência Social (MPS), em 2004. Em sua formação, acumula os títulos de bacharel em Engenharia Elétrica, acadêmico de Direito, pós-graduado em Administração de Negócios e Gestão de Recursos de Defesa.

Para ele, uma associação forte e atuante se constrói coletivamente, de forma democrática, com a fundamental participação de seus associados. O presidente da ANFIP afirma que o principal compromisso da nova gestão é trabalhar diuturnamente em defesa dos interesses dos Auditores Fiscais da Receita Federal, tendo como base os seguintes princípios: lealdade, humildade, comprometimento, perseverança, integridade e transparência.

A seguir, conheça os principais projetos e metas da nova gestão da Entidade.

***É a segunda vez que você assume a presidência da Associação. O que será diferente nesse mandato?***

Sou apenas o terceiro presidente reeleito da ANFIP. Isso me deixa muito orgulhoso e, ao mesmo

tempo, é uma responsabilidade muito grande. Assumi a presidência da Associação, pela primeira vez, em 1993. Era um período muito difícil, a política nacional estava muito conturbada e existia uma grande convulsão social. Vínhamos da deposição do presidente Fernando Collor de Melo e da condução do vice Itamar Franco à Presidência da República. Tínhamos as ameaças da revisão constitucional e os preparativos para nova eleição presidencial. A história teima em repetir-se e estamos vivendo uma situação muito parecida agora.

De lá pra cá, a ANFIP expandiu consideravelmente sua atuação, tivemos o avanço tecnológico, a ampliação de direitos sociais e trabalhistas, o crescimento econômico do país, a criação da Super Receita. Eu também mudei. Hoje trago comigo a experiência acumulada em décadas na defesa da carreira e dos interesses maiores da sociedade brasileira. Trago também a disposição para a construção coletiva de uma associação forte e atuante, além do apoio dos associados que, junto aos demais colegas, me elegeram e confiaram em mim para estar à frente da ANFIP nos próximos dois anos.



---

### **Quais são as principais metas a serem realizadas por essa gestão?**

Dentre os compromissos que assumimos, está a defesa intransigente do princípio constitucional da paridade entre servidores ativos e inativos; a luta constante e incondicional pela consolidação das prerrogativas, direitos e conquistas dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; o trabalho incessante e profissional pela agilização da execução das ações judiciais transitadas em julgado, com pagamento em curto prazo das parcelas incontroversas; a formulação de propostas e estudos envolvendo a reforma tributária, na direção da equidade, do equilíbrio, da redução da carga tributária e da justiça fiscal; a prioridade na atuação em defesa da Seguridade Social, da Previdência Social e de todo o sistema de proteção social brasileiro; além do trabalho incessante pela recuperação das perdas salariais da categoria.

### **O país passa por uma profunda crise política e econômica. Nesse cenário, como será a atuação da Entidade?**

Estou consciente que assumo a presidência da Entidade num momento extremamente difícil da vida nacional, com a responsabilidade de manter nossa Associação à frente das principais batalhas que estão por vir.

Temos um comprometimento maior com os nossos associados, mas também com aquilo que fez a ANFIP ser reconhecida como uma das entidades mais respeitadas do cenário nacional. Nosso compromisso com as grandes causas nacionais, estão esculpidas nas questões previdenciárias, na questão da Seguridade Social e na defesa dos direitos da sociedade brasileira como um todo. Agora, temos um novo desafio. O momento atual exige um comprometimento, de maneira mais ampla, com a Reforma Tributária. Se a Reforma Política, que seria a grande reforma para mudar o Brasil, não está em nossa alçada, a Tributária está, porque somos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Temos a responsabilidade de cuidar da arrecadação dos tributos federais da União e

do grosso do que arrecada toda a administração tributária brasileira.

Vamos contribuir, por meio de estudos, pesquisas e publicações, para o aperfeiçoamento do sistema tributário, visando a justiça fiscal, com ênfase na defesa da Seguridade Social, da Previdência Social, do imposto justo, da revisão periódica do imposto de renda e de todo o sistema de proteção social brasileiro.

*“Trago comigo a experiência acumulada em décadas na defesa da carreira e dos interesses maiores da sociedade brasileira”*

### **Quais proposições serão priorizadas no Congresso Nacional pelo novo Conselho?**

A ANFIP sempre atuou junto ao Parlamento de forma assertiva. Em hipótese alguma podemos deixar de acompanhar atentamente o trabalho legislativo, lutando pela regulamentação do direito de greve, pela negociação coletiva dos servidores públicos, atuando proativamente pela valorização da remuneração dos Auditores Fiscais da RFB, buscando a paridade remuneratória entre ativos, aposentados e pensionistas, além de acompanhar ativamente a tramitação das proposições de interesse dos nossos associados, como a PEC 186/07 (fortalecimento e independência da administração tributária), a PEC 287/16 (reforma da Previdência), e a PEC 555/06 (fim da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas).

### **Como será tratada a questão salarial da carreira?**

A ANFIP continuará buscando, incansavelmente, os direitos de seus representados. Tão logo se instale o novo governo, a ser eleito em 2018, a ANFIP vai retomar essa questão. Queremos restabelecer a forma de remuneração que nos dá a garantia de que somos Carreiras Exclusivas de

---

Estado, fato esse consolidado com a Lei 11.457, de 2008, que instituiu o subsídio, e a defesa enfática da valorização desta forma de remuneração. Queremos restabelecer a paridade de remuneração, como garantido pela Constituição Federal de 1988. O fim da cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, nos termos da PEC 555/06, também é compromisso do atual Conselho. A batalha é por dignidade e por tratamento igualitário entre aqueles que têm o direito constitucional e que contribuíram por uma vida inteira para ter esse direito. E estamos falando aqui de 94% da categoria dos Auditores Fiscais da RFB, prejudicados pela atual política remuneratória.

### ***No campo Jurídico, como será a atuação do setor nos próximos anos?***

Essa é uma das áreas que terá um olhar mais detalhado da ANFIP. Todo o departamento será reestruturado, de forma a torná-lo mais adequado para que as informações fluam de maneira a ocupar todos os canais de atendimento, inclusive, no sentido de desafogar as demandas internas. Nosso objetivo é que o departamento jurídico possa estar à frente das necessidades dos nossos sócios, buscando, no Judiciário, corrigir as injustiças eventualmente praticadas contra os associados.

### ***O slogan dessa gestão é inovação e luta. Como será feita essa modernização?***

O atual Conselho Executivo, até para cumprir uma imposição estatutária, realizou, recentemente, o seu alinhamento estratégico dos planos de ação. Nessa oportunidade, de maneira inovadora, convidamos os integrantes da Comissão ANFIP do Futuro para, juntos, fazermos esse planejamento, principalmente das ações prioritárias, que vem no sentido de dar à Entidade, cada vez mais, uma cara moderna, com serviços de ponta, que possam atrair novos associados e de maneira que ela cresça ao longo dos próximos dois anos, não só em importância, mas em número de associados. Nossa expectativa é fazer tudo isso em conjunto com as regionais, com a Associação Nacional em Brasília integrada às suas

extensões, que são as representações nos estados.

### ***Como as associações estaduais contribuirão para as próximas ações?***

Nós já entendemos e vamos colocar em prática o seguinte: a sede da ANFIP é em Brasília, os nossos associados estão nos estados e em cada estado temos a associação regional. Então, o que vamos fazer nesse mandato é trabalhar de maneira integrada. Isso é importante destacar. A ideia é que a ANFIP e as regionais busquem levar aos associados a presença física da Entidade. A maioria dos associados conhece a ANFIP através dos meios de comunicação. As regionais são a nossa presença física junto aos associados nos estados, são nosso grande apoio. Dessa forma, entendemos que o planejamento estratégico estará integrado e todas as melhorias que, eventualmente, venham a ser implementadas na ANFIP serão, de pronto, estendidas às regionais, para que todos possam ganhar em eficiência e eficácia, de forma a construir uma imagem só da ANFIP e de suas regionais.

### ***Para os associados, existe algum benefício no plano de ações?***

No campo jurídico, vamos trabalhar para acelerar a execução e o pagamento das ações judiciais transitadas em julgado (28,86%, Gifa, 3,17% e GDAT). Também trabalharemos para melhorar o atendimento dos planos de saúde ofertados ao quadro social, permitindo maior qualidade na assistência médica e odontológica, a custos razoáveis. Vamos ampliar os convênios ofertados nas áreas de venda de veículos, seguros, turismo, farmácias, assistência jurídica e atendimento em geral que facilitem a vida dos associados. Queremos, ainda, reformular os serviços prestados pela ANFIP para levar ao quadro social os melhores serviços e vantagens econômicas.

Em resumo, a ANFIP segue firme e forte, a passos ora mais largos, ora mais curtos, mas firmes na defesa prioritária da carreira e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, dando a nossa participação como Auditores Fiscais na construção desse projeto de nação.



*CONSELHOS EXECUTIVO  
E FISCAL ASSUMEM  
MANDATO EM MOMENTO  
DELICADO PARA O BRASIL*



## ELEITOS CHAPA ÚNICA – “INOVAÇÃO E LUTA”

### CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: **Floriano Martins de Sá Neto (DF)**

Vice-presidente Executiva: **Sandra Tereza Paiva Miranda (SP)**

Assuntos Fiscais: **Vanderley José Maçaneiro (SC)**

Política de Classe: **Luiz Cláudio de Araújo Martins (BA)**

Política Salarial: **Marluce do Socorro da Silva Soares (PA)**

Assuntos da Seguridade Social: **Décio Bruno Lopes (MG)**

Aposentadorias e Pensões: **José Avelino da Silva Neto (PB)**

Cultura Profissional e Relações Interassociativas: **Dejanira**

**Freitas Braga (PR)**

Serviços Assistenciais: **Ariovaldo Cirelo (SP)**

Assuntos Jurídicos: **Eucélia Maria Agrizzi Mergár (ES)**

Estudos e Assuntos Tributários: **Cesar Roxo Machado (RS)**

Administração, Patrimônio e Cadastro: **Carlos José de Castro (GO)**

Finanças: **Jorge Cezar Costa (SE)**



Planejamento e Controle Orçamentário: **Valdenice Seixas Elvas (AM)**  
Comunicação Social: **Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade (RJ)**  
Relações Públicas: **Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (RN)**  
Assuntos Parlamentares: **Ilva Maria Franca Lauria (MG)**  
Tecnologia da Informação: **Paulo Correia de Melo (PE)**

#### **SUPLENTES**

Região Sul: **Carlos Alberto de Souza (SC)**  
Região Sudeste: **Ilma Pelizon dos Santos (RJ)**  
Região Centro-Oeste: **Orlei Oliveira Guimarães (GO)**  
Região Nordeste: **Durval Azevedo Sousa (MA)**  
Região Norte: **Osinil Paula dos Santos (PA)**



REFORMAS

# Quem ganha com a crise



APESAR DA APROVAÇÃO DE VÁRIAS MEDIDAS PARA O CONTROLE DAS FINANÇAS PÚBLICAS, A SITUAÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNO SÓ PIOROU



Brasil segue num cenário extremamente preocupante da vida política e econômica. Os inúmeros escândalos de corrupção, o aumento do desemprego, a precarização das relações de trabalho e a redução das políticas públicas só pioram a expectativa de melhora a curto prazo. A democracia parece ir pelo ralo. Há uma clara investida no esvaziamento do papel do Estado.

Desde que assumiu o governo, em maio de 2016, a atual equipe econômica do Executivo, apoiada por ampla maioria do Legislativo, parece querer sabotar o Brasil e os trabalhadores, incluindo os servidores públicos. O “pacote” de ajuste fiscal, baseado em corte de gastos e de direitos, parece não ter fim. O discurso de reduzir as despesas governamentais já não convence, pois é contraditório. Por um lado, corta-se aposentadorias, descumpre-se acordos salariais no serviço público, deixa-se de investir em saúde e educação, retira-se direitos sociais e trabalhistas. Ao mesmo tempo, perdoa-se valores bilionários de empresários que não pagaram os tributos federais, privatiza-se importantes empresas estatais, e, por uma pechincha, abre-se espaço para o capital especulativo internacional explorar a riqueza nacional.

Para o economista Márcio Pochmann, professor da Universidade de Campinas (Unicamp)

e presidente da Fundação Perseu Abramo, apesar da aprovação de várias medidas para o controle das finanças públicas, a situação das contas só piorou. “As iniciativas de contenção do gasto público não vieram acompanhadas da retomada da economia, tampouco a expansão dos investimentos agregados do setor privado. A não ser no processo de fortalecimento do rentismo ao setor privado, com o crescente deficit nas contas governamentais e na dívida pública, regamente sustentada por taxas de juros reais extremamente positivas”, afirma o especialista, em artigo publicado no Diário do Centro do Mundo.

Segundo o pesquisador, com a atual política econômica em curso, a desigualdade do país e os salários só tendem a piorar. Isso tudo somado a uma inflação e taxas tributárias altas e uma dívida pública que consome cada vez mais os recursos do Produto Interno Bruto (PIB). As únicas coisas que têm diminuído são as políticas públicas e os direitos sociais e trabalhistas.

Todo esse cenário demonstra uma certeza: é preciso ficar em alerta e unir forças para combater os ajustes perversos do governo federal. É hora de se ter um movimento engajado em defesa da democracia, dos direitos sociais e da justiça fiscal.

## PRINCIPAIS PROPOSTAS APRESENTADAS OU APROVADAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES

### REFORMA DA PREVIDÊNCIA

#### Proposta de Emenda à Constituição 287/2016

**Apresentada: 05/12/2016**

Institui novas regras para acesso à aposentadoria. Os principais temas que estão sendo alterados pela PEC são:

- Unificação da idade mínima para homens e mulheres aos 65 anos; contribuição mínima de 25 anos; vedação ao acúmulo de aposentadoria com pensão por morte; extinção das aposentadorias especiais para policiais, exceto militares, e professores; contribuição dos trabalhadores rurais; regra de transição

para homens com 50 anos ou mais de idade e para mulheres com 45 ou mais que ainda não tiverem condições de se aposentar no momento da aprovação das mudanças.

**Situação Atual:** Aguardando votação no Plenário da Câmara dos Deputados.

### REFORMA ELEITORAL

#### Proposta de Emenda à Constituição 77/2003

**Apresentada: 02/06/2003**

**Autor: Marcelo Castro (PMDB/PI)**

Altera as regras eleitorais, sendo debatido os seguintes pontos:

- Alteração no sistema eleitoral, passando do proporcional para o Distritão;
- Instituição de fundo público para financiamento das campanhas eleitorais;
- Cláusula de barreira;
- Permissão de reeleição para quem assumiu, como substituto, cargos no Executivo por mais de seis meses;
- Mudanças nas datas de posse;
- Encurtamento do período de campanha em segundo turno;
- Aplicação aos deputados estaduais das regras de sistema eleitoral, remuneração e perda de mandato dos deputados federais;
- Votação indireta para presidente da República apenas no último ano de vacância do cargo, com regra aplicada também a governadores e prefeitos.

**Situação Atual:** Aguardando votação no Plenário da Câmara dos Deputados. A matéria foi apresentada em 2003, mas voltou a pauta no governo Michel Temer (PMDB).

## REFORMA TRIBUTÁRIA

O relator da matéria, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), propôs apresentação de matérias com os seguintes pontos:

A proposta apresentada prevê a:

**Extinção de tributos:** IPI, IOF, CSLL, PIS, Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, todos federais; ICMS estadual; ISS municipal;

**Criação de tributos:** Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS, nos moldes de um imposto sobre valor agregado) e Imposto Seletivo (nos moldes de um *excise tax*);

**Realocação de tributos, produtos da arrecadação:** ITCMD; IPVA.

Além disso, estabelece as seguintes competências tributárias:

**À União:** Imposto de Renda (com absorção da CSLL), Imposto Seletivo, ITR, ITCMD (arrecadação destinada aos Municípios), contribuição previdenciária sobre folha de pagamentos (empregado e empregador),

outras contribuições e taxas.

**Aos Estados e DF:** IBS (com absorção do PIS, Pasep, Cofins, IPI, IOF, Cide-Combustíveis, ICMS e ISS, exceto em relação às bases tributadas pelo Imposto Seletivo federal), IPVA (arrecadação destinada aos Municípios), contribuição previdenciária e taxas.

**Aos Municípios:** IPTU, ITBI, contribuição de iluminação, contribuição previdenciária e taxas.

**Situação Atual:** A matéria está na Comissão Especial, sob relatoria do deputado Luiz Carlos Hauly. A proposta tem sido constantemente debatida nos últimos anos, passando o governo Dilma Rousseff (PT) e ganhando impulso no governo Michel Temer (PMDB). O presidente Temer incluiu a matéria como um dos pontos prioritários de sua agenda de reformas, como forma de desburocratização e retomada de investimento.

## MUDANÇAS TRABALHISTAS

### PL4302/1998

**Apresentada: 19/03/1998**

Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros (terceirização).

**Sanção:** Lei 13.429, de 31 de março de 2017.

### PL6787/2016

**Apresentada: 23/12/2016**

Reforma Trabalhista.

**Sanção:** Lei 13.467, de 13 de julho de 2017

## TETO DE GASTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Proposta de Emenda à Constituição 241/2016

**Apresentada: 15/06/2016**

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Veda que o governo gaste mais que a inflação de um para o outro.

**Situação atual:** Emenda Constitucional 95/2016

---

## AFETAM DIRETAMENTE OS SERVIDORES

### Medida Provisória 792/2017 (PDV)

**Apresentada: 27/07/2017**

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Programa de Desligamento Voluntário, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Situação atual:** Em análise na Comissão Mista do Congresso nacional.

### Projeto de Lei 6726/2016 (Projeto de Lei do Senado 449/2016)

**Apresentada: 08/12/2016**

**Autor: Comissão do Extrateto do Senado Federal** Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos.

**Situação atual:** Aguarda criação de Comissão Especial na Câmara dos Deputados.

### Decreto 9144, de 22 de agosto de 2017

**Apresentada: 22/08/2017**

Limitação do salário de servidores de empresas estatais cedidos à administração pública federal.

## RECUPERAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS

### Projeto de Lei Complementar 257/2015

**Apresentada: 22/03/2016**

Cria o Plano de Recuperação Fiscal dos Estados. Obriga que o ente federado adote medidas de redução de gastos, com o corte de contratação de servidores públicos e congelamento de salários.

**Sanção:** Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016

### Projeto de Lei Complementar 343/2017

**Apresentada: 23/02/2017**

Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados

e do Distrito Federal e dá outras providências.

Situação atual: Lei Complementar 159/2017

## MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2017) E AINDA NÃO ENCAMINHADAS AO CONGRESSO NACIONAL

- Adiamento em um ano do reajuste previsto para servidores civis do Executivo. Economia estimada em R\$ 5,1 bilhões para o próximo ano;
- Reestruturação das carreiras do Poder Executivo, que passaria a ter um teto para o salário inicial dos servidores públicos que ingressarem a partir de agora. O valor será limitado a R\$ 5 mil para os cargos de nível superior e haverá uma progressão na carreira com 30 degraus. Economia estimada em R\$ 18,6 bilhões em 5 anos;
- Redução de gastos com a ajuda de custo, que será limitada a uma única remuneração. O auxílio é pago para servidores que são transferidos de cidade e hoje pode chegar a três salários (apenas para servidores do Poder Executivo). Economia estimada de R\$ 49 milhões;
- Mudança no pagamento do auxílio-moradia, que será pago por no máximo quatro anos e será reduzido gradativamente a cada ano (apenas para servidores do Poder Executivo). Economia estimada de R\$ 35,6 milhões para 2018;
- Extinção de 60 mil cargos comissionados atualmente vagos. O objetivo seria evitar o aumento da despesa;
- Aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores públicos da União, que passará de forma progressiva para 14%. Receita estimada de R\$ 1,9 bilhão;
- Tributação sobre fundos de investimentos. Receita estimada de R\$ 6 bilhões;
- Reintegra. Receita estimada de R\$ 2,6 bilhões; e
- Reoneração da folha. Receita estimada de R\$ 4 bilhões.



# Cai arrecadação em julho

**A** Receita Federal do Brasil (RFB) divulgou no final de agosto o resultado da arrecadação de julho de 2017. De acordo com os dados, o mês apresentou um resultado de R\$ 109,9 bilhões para a arrecadação total das Receitas Federais, o que representa um decréscimo real de 0,34% (medido pelo IPCA) em relação a julho de 2016. Já no período de janeiro a julho de 2017, a arrecadação registrou o valor acumulado de R\$ 758,5 bilhões, o que representa um acréscimo de 0,61% em relação ao mesmo período de 2016 (medido pelo IPCA).

Quanto às Receitas Administradas pela RFB, o valor arrecadado em julho de 2017 foi de R\$ 104,8 bilhões, o que corresponde a um decréscimo real de 1,70% (medido pelo IPCA) em relação a julho de 2016. Por sua vez, no período de janeiro a julho de 2017, a arrecadação registrou o valor acumulado de R\$ 735,6 bilhões, o que também representa um decréscimo real de 0,41% (medido pelo IPCA).

Segundo a RFB, a arrecadação do mês de julho foi impactada especialmente pelo decréscimo de 21,10% (medido pelo IPCA) na arrecadação do IRPJ/CSLL, resultado esse que ficou concentrado nas entidades financeiras. A arrecadação correspondente a esses tributos foi de R\$ 18,11 bilhões, o que representa um decréscimo real, em relação a julho de 2016, de 18,60%. O comportamento atípico está sendo investigado pela RFB.

Apesar do mau desempenho da arrecadação, o chefe de Estudos Tributários e Aduaneiros da

Receita Federal, Claudemir Malaquias, ao anunciar esses resultados, minimizou os pontos negativos e descartou a elevação de tributos.

É importante observar que as desonerações e os sucessivos programas de parcelamento de dívidas tributárias (Refis) explicam o desempenho insatisfatório que a arrecadação vem apresentando desde 2014. Em julho de 2017, nem receitas extras, tais como a segunda repatriação de capitais do exterior, no valor de R\$ 1,5 bilhão, e do Programa de Regularização Tributária (PRT), no valor de R\$ 472 milhões, foram suficientes para reverter a fraca arrecadação.

As desonerações no período de janeiro a julho deste ano resultaram em uma renúncia fiscal da ordem de R\$ 49,24 bilhões. Desse valor, R\$ 8,44 bilhões representam a desoneração da folha de pagamento. Se for analisado apenas o mês de julho de 2017, verifica-se que as desonerações totalizaram R\$ 7,03 bilhões, dos quais R\$ 1,20 bilhão decorreram especificamente da desoneração da folha de pagamento.

Em março, o governo anunciou o fim da desoneração da folha para cerca de 50 setores a partir de julho, porém, sem apoio no Congresso Nacional, a medida não chegou a ser votada. A equipe econômica prometeu apresentar, ainda neste ano, um novo projeto de lei para a reoneração da folha de pagamento.

Confira o resultado da arrecadação:

*DESONERAÇÕES E SUCESSIVOS PROGRAMAS  
DE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS  
CONTRIBUEM PARA QUEDA DA ARRECADAÇÃO*

**TABELA I - ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS**

PERÍODO: JUNHO E JULHO DE 2017 E JULHO DE 2016

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	2017		2016	VARIAÇÃO (%)	
	JULHO	JUNHO	JULHO	JUL/17 JUN/17	JUL/17 JUL/16
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	2.724	2.707	2.384	0,63	14,26
I.P.I-TOTAL	3.893	4.014	3.320	(3,00)	17,27
I.P.I-FUMO	409	446	249	(8,33)	64,22
I.P.I-BEBIDAS	219	235	164	(6,92)	33,31
I.P.I-AUTOMÓVEIS	376	363	202	3,68	
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	1.131	1.148	1.009	(1,45)	12,12
I.P.I-OUTROS	1.758	1.822	1.696	(3,50)	3,69
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	29.337	30.113	30.088	(2,58)	(2,50)
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	2.545	2.689	2.563	(5,35)	(0,69)
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	11.688	6.125	13.746	90,82	(14,98)
ENTIDADES FINANCEIRAS	759	901	2.463	(15,77)	(69,20)
DEMAIS EMPRESAS	10.929	5.224	11.283	109,20	(3,14)
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	15.104	21.299	13.779	(29,09)	9,61
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	8.591	8.412	7.440	2,13	15,47
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	3.521	10.329	3.409	(65,91)	3,29
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	2.063	1.716	2.087	20,19	(1,18)
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	929	843	843	10,30	10,28
IOF - I. S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2.975	2.921	2.857	1,85	4,14
ITR - I. TERRITORIAL RURAL	12	19	13	(34,31)	(4,76)
COFINS - CONTRIB. P/ A SEGURIDADE SOCIAL	17.006	17.391	17.351	(2,21)	(1,99)
ENTIDADES FINANCEIRAS	1.521	1.549	2.377	(1,80)	(36,00)
DEMAIS EMPRESAS	15.485	15.842	14.973	(2,26)	3,42
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	4.564	4.606	4.542	(0,90)	0,50
ENTIDADES FINANCEIRAS	240	253	389	(5,14)	(38,41)
DEMAIS EMPRESAS	4.325	4.353	4.152	(0,66)	4,15
CSLL - CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	6.422	3.610	7.915	77,92	(18,86)
ENTIDADES FINANCEIRAS	647	581	1.693	11,31	(61,80)
DEMAIS EMPRESAS	5.775	3.029	6.222	90,70	(7,18)
CIDE-COMBUSTÍVEIS	493	458	457	7,81	8,06
PSS - CONTRIB. DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR	2.695	2.734	2.271	(1,40)	18,69
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	2.945	1.921	1.819	53,35	61,91
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>73.069</b>	<b>70.493</b>	<b>73.017</b>	<b>3,65</b>	<b>0,07</b>
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]	31.768	31.829	30.815	(0,19)	3,09
<b>ADMINISTRADAS PELA RFB [C]=[A]+[B]</b>	<b>104.837</b>	<b>102.322</b>	<b>103.832</b>	<b>2,46</b>	<b>0,97</b>
ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS [D]	5.111	1.778	3.584	187,51	42,62
<b>TOTAL GERAL [E]=[C]+[D]</b>	<b>109.948</b>	<b>104.100</b>	<b>107.416</b>	<b>5,62</b>	<b>2,36</b>



# LUDOPATIA

## Quando o jogo vira vício

---

O peito aperta. As mãos formigam. A mente paralisa. É inevitável. Você se aproxima. Junta-se à roda. Um misto de medo e emoção. As cartas são distribuídas. As apostas abertas. E dali em diante, qualquer razão está obcecadamente cega pelo jogo, pela sensação momentânea de alívio e prazer que ele provoca, mas que, na maioria das vezes, representa perdas certas.

Parece novela, não é mesmo?! Mas não é. Esta é uma realidade que afeta 2,3% da população brasileira e representa o extremo de uma doença chamada ludopatia, reconhecida como transtorno pela Organização Mundial da Saúde em 1992.

A ludopatia, tecnicamente, é “o jogo compulsivo ou patológico, que leva uma pessoa a não poder resistir ao impulso de jogar mais e mais”. Um vício devastador, que traz graves consequências psicológicas, financeiras e familiares, pois se evidencia por meio de distorções do pensamento, das emoções e da comunicação. É a perda do controle individual em relação aos jogos de aposta.

Segundo a psicóloga Suely Sales Guimarães, mestre e doutora pela Universidade do Kansas, o jogador compulsivo é portador do transtorno mental atualmente classificado como jogo patológico. “O portador desse transtorno sofre consequências sociais, econômicas e emocionais porque o jogo onera todas as áreas de sua vida. Socialmente, ele se afasta dos amigos e familiares, porque usa todo tempo livre para o jogo ou para planejar como vai se conduzir na próxima oportunidade de jogar”, alerta. A professora ressalta ainda para uma prática comum entre os compulsivos: a mentira. “Ele mente para as pessoas para evitar que fiquem sabendo de sua necessidade de jogar e dificuldade em ficar distante da situação de jogo”.

Em geral, o jogador compulsivo perde tudo que tem, assume dívidas bancárias e com agiotas, pede empréstimos informais e compromete as finanças da família quando não tem mais onde obter recursos para honrar suas dívidas e continuar jogando. Emocionalmente, torna-se muito fragilizado. “Ele pode desenvolver depressão e ansiedade devido às situações em que se encontra e pode chegar à tentativa ou efetivamente ao suicídio,

tanto pela depressão quanto pelo desespero decorrente das dívidas, necessidade de jogar e incapacidade de administrar a própria vida e perdas percebidas”, destaca a psicóloga.

Enfrentar este problema não é simples e demanda uma ampla rede de apoio, principalmente porque o ato de jogar desencadeia alívio e prazer, pois afeta os níveis de produção de adrenalina e dopamina no cérebro. Além disso, Suely Sales diz que é difícil identificar o jogador patológico porque o jogo é entendido como uma atividade lúdica, voluntária e perfeitamente natural em nossa sociedade. O grande problema é que o jogador compulsivo não se satisfaz com as doses habituais e necessita jogar cada vez mais para ter as mesmas sensações que um jogador ocasional. “Quando a pessoa parece jogar mais do que assume para seus amigos e familiares, quando parece mentir quanto à frequência com que joga, quanto ao montante perdido, quando prefere jogar ao invés de estar com amigos ou familiares em alguma festa ou comemoração, pode haver um indicador de jogo compulsivo”, revela.

Antes de o jogador assumir sua condição de dependência, familiares, amigos e pessoas do convívio já conseguem perceber mudanças nas atitudes. Como em qualquer caso de transtorno, a pessoa assume um comportamento fora do normal. Além disso, junto ao ato em si de jogar, o compulsivo apresenta outras oscilações emocionais, podendo apresentar simultaneamente outros transtornos psíquicos como depressão, ansiedade, mudanças de personalidade e uso de substâncias químicas.

O tratamento é psicológico. “Em geral na abordagem comportamental e, em situações de maior gravidade, pode ser necessário também o tratamento medicamentoso prescrito por um médico psiquiatra”, orienta a profissional. Atualmente, explica, é feito o “controle” do comportamento de jogar, pois ainda não se fala em “cura”.

**Legalização** – Suely Sales integra uma equipe de especialistas que tem alertado a sociedade para os efeitos nefastos da legalização dos jogos de azar. Chamado de Movimento Brazil

sem Azar, o grupo tem promovido palestras para esclarecer a população acerca dos riscos econômicos, sociais e psicoemocionais do jogo na sociedade. “As palestras abordam as implicações previstas em termos de problemas ligados à economia do país, às perdas sociais em termos de emprego e desemprego, famílias, turismo e ilusões acerca de possíveis ganhos improváveis. Além disso, foca ainda nas implicações para a saúde da população, considerando as perdas e custos do adoecimento por jogo patológico. As pessoas podem se beneficiar muito e beneficiar igualmente suas famílias e a sociedade assistindo as palestras e buscando informações científicas, baseadas em pesquisas, acerca das implicações do jogo e do aumento das oportunidades para jogar”, afirma.

Para os integrantes do Movimento, do qual a ANFIP participa da bancada de debates, caso os jogos sejam legalizados, a oportunidade de jogar deve aumentar e com isso a possibilidade da adição também aumenta. Da mesma forma que ocorre com álcool e outras drogas, para que haja adição deve haver a oportunidade de iniciar o comportamento de jogar. “A legalização dos jogos de azar favorece a oferta, aumenta a oportunidade para jogar e assim favorece as possibilidades da adição. Os estudos mostram que em um primeiro momento a adição aumenta quando o jogo é legalizado”, alerta.

*“ANTES DE O JOGADOR ASSUMIR SUA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA, FAMILIARES, AMIGOS E PESSOAS DO CONVÍVIO JÁ CONSEGUEM PERCEBER MUDANÇAS NAS ATITUDES”*



Psicóloga **Suely Sales Guimarães**, mestre e doutora pela Universidade do Kansas

**DE ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS), A PESSOA COM UM QUADRO PATOLÓGICO APRESENTA PELO MENOS CINCO DOS SINTOMAS A SEGUIR:**

- Necessidade de aumentar o risco e as apostas
- Está todo o tempo preocupada com o jogo
- Irritação e nervosismo se deixa de jogar
- Usa o jogo para escapar de problemas
- Mentira para familiares e amigos para tentar esconder seu real envolvimento com o jogo
- Tenta se controlar e parar de jogar, mas não consegue

# A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO E O ATAQUE À EDUCAÇÃO PÚBLICA<sup>1</sup>

1. Mais informações na cartilha "A contrarreforma do Ensino Médio: o caráter excludente, pragmático e imediatista da Lei no 13.415/2017", no site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br).



A contrarreforma do Ensino Médio, editada inicialmente com a Medida Provisória 746/2016 que depois se tornou a Lei 13.415/2017, deve ser analisada dentro do conjunto de medidas em curso pelo governo ilegítimo de Michel Temer, que entre outras coisas, visa desmontar as políticas públicas e sociais.

Entendemos que a contrarreforma do ensino médio expressa o caráter autoritário do governo, entre outros motivos por se utilizar de recurso de medida provisória para mudança tão relevante na formação da juventude e não estabelecer nenhum tipo de diálogo com as entidades organizadas da área da educação, também expressa uma concepção de educação dicotômica, em que se designa aos filhos dos trabalhadores a formação para o mercado de trabalho e aos filhos das elites a formação para o ensino superior universitário.

Na contrarreforma do ensino médio, está expressa uma perspectiva de educação que esvazia o sentido da formação unitária, na medida em que torna um conjunto de disciplinas, como filosofia e sociologia, não obrigatórias e também ao subordinar a formação do nível médio aos interesses de formação do mercado, buscando formar força de trabalho para um processo de exploração desenfreado do capital na busca

do lucro. Essa reforma se caracteriza como um grande risco para os filhos da classe trabalhadora, que em sua maioria, tem na escola regular sua única possibilidade de acesso ao conhecimento socialmente produzido e a possibilidade de uma leitura crítica das relações sociais.

Outro elemento relevante na lei é o fato de desqualificar a formação do professor, permitindo o acesso de profissionais pelo designado “notório saber”, atacando a formação universitária e desvalorizando o fazer profissional dos/as professores/as. Tem-se um ataque ao trabalho dos/as docentes, que podem ser gradativamente substituídos por outros profissionais.

A contrarreforma aponta para uma formação educacional cada vez mais aligeirada, heterônoma, comprometida com a tirania do mercado que impõe regras para atender as suas necessidades afastando as possibilidades de formação de cidadãos plenos, críticos e autônomos. A proposta de “Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” oculta o fato de que este tempo integral será ocupado de maneira cada vez mais dirigida pelos setores dominantes do mercado, aprofundando a lógica do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), na qual as parcerias público-privadas são encaradas como sinônimos de educação pública.

*MEDIDA PROVISÓRIA ESTABELECE  
MUDANÇAS RELEVANTES PARA A FORMAÇÃO  
DA JUVENTUDE E COLOCA EM RISCO O  
DIÁLOGO COM ENTIDADES ORGANIZADAS DA  
ÁREA DE EDUCAÇÃO*

Na realidade, o ensino médio de tempo integral parece apenas um anúncio para tentar iludir a população, se considerarmos a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que congela, por 20 anos, os investimentos públicos nas políticas públicas, entre os quais a educação.

Também é grave o fato da lei 13.415/2017 considerar que “conteúdos cursados durante o ensino médio poderão ser convalidados para aproveitamento de créditos no ensino superior”. A combinação desta proposta com a flexibilização de currículos feitas em toda a lei indica uma tendência bastante negativa de aprofundamento do aligeiramento do ensino superior a partir da reforma do ensino médio. Segundo as regras colocadas, o empresariado poderá coordenar e ofertar cursos reconhecidos como disciplinas que, por sua vez, poderão ser consideradas válidas para o ensino médio. Essa possibilidade amplifica o caráter privatizante das universidades que, cada vez mais, são referenciadas pelas formas de ensino das grandes empresas educacionais que refletem interesses que não dialogam com o caráter de formação cidadã ancorado na idissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O ANDES-SN defende uma educação pública estatal, gratuita, laica, presencial e socialmente referenciada, em todos os níveis da formação. O Ensino médio, considerado a etapa final da educação básica, deve incluir a formação integral do ser social, abrangendo a moral, a ética, a estética, a educação física, a criação intelectual, artística, os conhecimentos científicos, a compreensão do mundo e das relações sociais, realizada através de uma escola unitária. Assim, defendemos uma educação que amplie a consciência dos sujeitos em defesa dos seus direitos, contribuindo para a emancipação humana, e não uma educação que os subordinem aos interesses do capital e do mercado.



**Eblin Farage** - Presidente do ANDES-SN, professora da Escola de Serviço Social da UFF.



**Jacob Paiva** - Primeiro secretário do ANDES-SN, membro da coordenação do Grupo de Trabalho de Política Educacional do ANDES-SN e professor da Faculdade de Educação da UFAM.

# POR VOCÊ, PELO BRASIL!

## O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL TRABALHA EM DEFESA DE TODA A SOCIEDADE.



**ARRECAÇÃO DOS RECURSOS PARA  
APOSENTADORIA - SAÚDE PÚBLICA - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SEGURO-DESEMPREGO - BOLSA FAMÍLIA**

A atuação do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil é a garantia de recursos para iniciativas que tocam a vida de milhões de brasileiros. Hoje, mais de 60% da arrecadação tributária federal são destinados ao orçamento da Seguridade Social. Estes recursos asseguram os programas nas áreas de Saúde Pública, Assistência e Previdência Social. É dinheiro que permite, por exemplo, o pagamento de aposentadorias, Seguro-Desemprego e Bolsa Família. A ANFIP tem orgulho de representar e defender o Auditor Fiscal.



SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP – Brasília / DF – CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251-8100 – Email: [info@anfip.org.br](mailto:info@anfip.org.br)



[www.facebook.com/anfipnacional](http://www.facebook.com/anfipnacional)



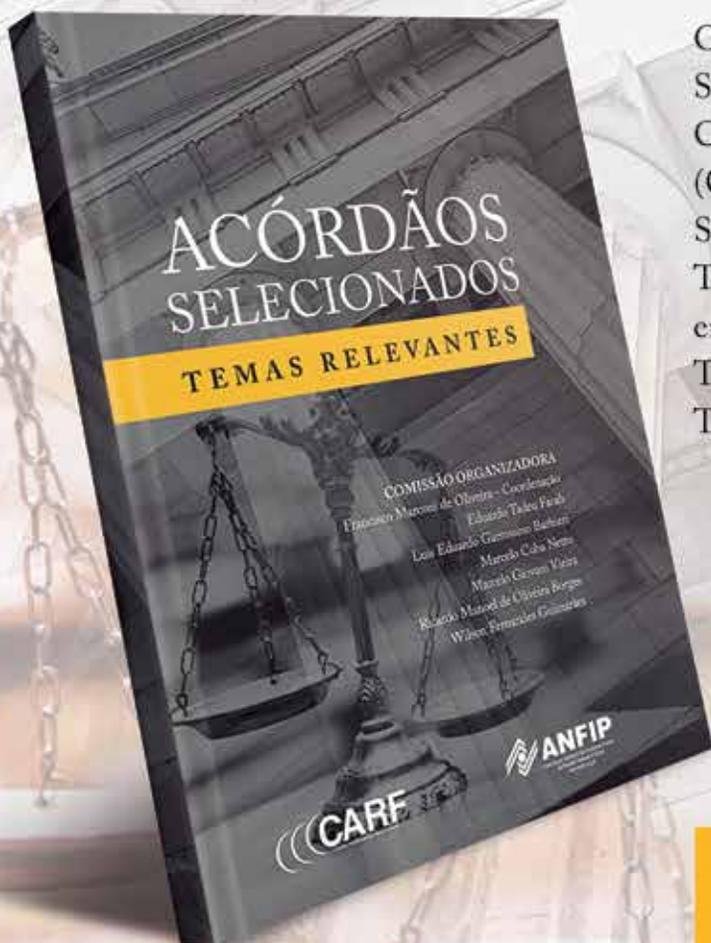
[www.twitter.com/anfipnacional](http://www.twitter.com/anfipnacional)



[www.youtube.com/anfipoficial](http://www.youtube.com/anfipoficial)

# ACÓRDÃOS SELECIONADOS

## TEMAS RELEVANTES



O **volume I** traz acórdãos da Primeira Seção de Julgamento e Primeira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF); o **volume II**, Acórdãos da Segunda Seção de Julgamento e Segunda Turma da CSRF; e o **volume III**, dividido em três partes (1ª, 2ª e 3ª), os Acórdãos da Terceira Seção de Julgamento e Terceira Turma da Câmara Superior.

Disponível para download no site da ANFIP  
[www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br)